

# AGENDA ESTRATÉGICA 2022

SISTEMA PROFISSIONAL DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

2011 – 2022

# AGENDA ESTRATÉGICA 2022

SISTEMA PROFISSIONAL DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

2011 – 2022

# FICHA TÉCNICA

## SISTEMA PROFISSIONAL:

- CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
- MÚTUA – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA
- COORDENADORIAS NACIONAIS DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DOS CREAS
- COLÉGIO DE ENTIDADES NACIONAIS
- COLÉGIO DE PRESIDENTES

### MARCOS TÚLIO DE MELO

Presidente do Confea

### JOSÉ ROBERTO GERALDINE JÚNIOR

Vice-Presidente do Confea

### JOSÉ WELLINGTON COSTA

Presidente da MÚTUA

### JULÍBIO DAVID ARDIGO

Representante dos Coordenadores Nacionais de Câmaras Especializadas

### RENÉ BAYMA

Coordenador do Colégio de Entidades Nacionais

### ÁLVARO JOSÉ CABRINI JÚNIOR

Representante do Colégio de Presidentes

### RENATO DOS SANTOS ANDRADE

Superintendente de Programas, Projetos e Planejamento do Confea

Coordenação do Trabalho

### EDSON CEZAR MELLO JÚNIOR

### NEUZA MARIA TRAUZZOLA

Assessoria Técnica

### ALCEU FERNANDES MOLINA JÚNIOR

### EDISON FLÁVIO MACEDO

### FÁBIO HENRIQUE GIOTTO MERLO

### PAULA BEATRICE GOMES

Colaboradores

### ALEXANDRE HENRIQUE DE SOUSA TORRES

### DANILO SILI BORGES

### FLAVIO HENRIQUE DA COSTA BOLZAN

### RENATO DOS SANTOS ANDRADE

### WILSON XAVIER DIAS

Produção

## ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DO CONFEA

Brasília, fevereiro de 2011.

## APRESENTAÇÃO

Um dos maiores desafios do Sistema Confea/Crea ao longo dos anos tem sido recuperar e valorizar a cultura do planejamento. Em busca desse objetivo, os profissionais que participaram do 7º CNP foram convidados a elaborar a **Agenda Estratégica para o Sistema Profissional**, que apontasse os desafios, as oportunidades e a visão de futuro.

A **Agenda** busca atender a um desejo de longo tempo do Sistema: uma formulação estratégica com a visão dos profissionais registrados. Mais de 50 mil profissionais de todos os estados brasileiros se mobilizaram durante a realização dos Congressos Microrregionais, Estaduais e Nacional de Profissionais. Além disso, organizações como o Colégio de Presidentes, Colégio de Entidades e Coordenadorias Nacionais de Câmaras participaram ativamente do processo.

As reflexões dessas lideranças permitiram uma análise do sistema profissional e do Brasil segundo as perspectivas econômicas projetadas. Uma delas é a expectativa de o país se tornar a 5ª maior economia do mundo, promovendo o desenvolvimento sustentável.

O planejamento, como ferramenta de gestão, deve vislumbrar todos os cenários possíveis – de ameaças e oportunidades, forças e fraquezas –, e não somente em curto prazo, mas também em médio e longo prazos. Assim, os profissionais foram convidados a pensar como o sistema profissional se veria no contexto do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022.

Daí emergiu nossa visão de futuro: *“Ser reconhecido em 2022 como um Sistema eficaz e comprometido com a excelência do exercício e das atividades profissionais, em prol da sustentabilidade socioeconômica e ambiental”*.

Mas, para isso, são muitos os desafios, entre eles o de equacionar os problemas de infraestrutura e de mobilidade urbana, para o bom êxito da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que serão realizadas no Brasil. Por atuar diretamente em todas as etapas do ciclo de produção, a área tecnológica é indispensável nesse contexto.

Mais que isso, somos desafiados a melhorar nossa gestão com assegurada sustentabilidade financeira; discutir as grandes questões nacionais e gerar propostas de políticas públicas; influenciar na melhoria da qualidade da formação profissional; realizar estudos de tendências no exercício profissional, como a certificação profissional e a mobilidade profissional.

Nosso sistema profissional alinha-se, assim, às ideias contidas na presente **Agenda Estratégica**. Nesse cenário, quatro macro-objetivos foram traçados. Eles não demonstram apenas a visão de como queremos ser em 2022, mas promovem o alinhamento dos esforços das organizações em busca de uma visão comum.

- **Ser reconhecido em 2022 como um Sistema:** *Ser um Sistema Profissional com caráter Multiprofissional, mantendo sua coesão e estrutura.*
- **Ser reconhecido em 2022 como um Sistema eficaz:** *Atingir o NÍVEL 09 DE GESTÃO do Modelo de Excelência em Gestão Pública no Confea, nos Creas e na Mútua e o nível máximo de Gestão do Prêmio de Gestão da Qualidade nas Entidades.*
- **Ser reconhecido em 2022 como um Sistema comprometido com a excelência do exercício e das atividades profissionais:** *Ser reconhecido pela sociedade e pelos profissionais como um sistema comprometido com a excelência do exercício e das atividades profissionais.*
- **Ser reconhecido em 2022 como um Sistema em prol da sustentabilidade socioeconômica e ambiental:** *Ser reconhecido como referência no desenvolvimento das políticas públicas, em defesa dos interesses sociais e humanos nelas envolvidas.*

Desejamos que esta **Agenda Estratégica** seja a referência de todas as lideranças em sua ação cotidiana e que, como ferramenta dinâmica, possa nos guiar para um futuro sustentável.

**Marcos Túlio de Melo**  
*Presidente do Confea*

# SUMÁRIO

CONSTRUINDO UMA AGENDA ESTRATÉGICA PARA O SISTEMA PROFISSIONAL 07

CENÁRIOS 2010 12

O MUNDO EM 2022 19

A AMÉRICA DO SUL EM 2022 22

O BRASIL EM 2022 29

AGENDA ESTRATÉGICA 2011 – 2022: OBJETIVOS, INICIATIVAS E MEDIDAS 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL 36

EXERCÍCIO PROFISSIONAL 41

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA 49

INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL 59

INSERÇÃO INTERNACIONAL 64



# CONSTRUINDO UMA AGENDA ESTRATÉGICA PARA O SISTEMA PROFISSIONAL

# CONSTRUINDO UMA AGENDA ESTRATÉGICA PARA O SISTEMA PROFISSIONAL

## Agenda Estratégica

Uma agenda estratégica é um documento final das fases de um amplo processo participativo e representativo dos integrantes do sistema profissional. Ela agrupa e sintetiza o conjunto de ações propostas para o desenvolvimento das organizações desse sistema e para a integração no âmbito maior em que se situa, que é o da sociedade brasileira.

## Metodologia

Pela metodologia utilizada, primeiro foi o estabelecimento de um pacto entre as organizações, que conduziu a um tão intenso quanto consistente processo de formulação estratégica dentro de um horizonte temporal igualmente consensado: 2011 a 2022. Desse processo fizeram parte as etapas de diagnóstico preliminar, que esclareceu sobre os problemas e as potencialidades do todo e de cada uma das partes; uma análise estratégica, que definiu, no ambiente interno, os pontos fortes e fracos dessas organizações, e no ambiente externo, as ameaças e as oportunidades; depois foi a vez de prospectar esse horizonte e identificar os fatos portadores de futuro a serem considerados para os objetivos estratégicos balizadores das ações a serem implementadas.

## Somando Esforços

No ano de 2010 essa formulação contou com uma contribuição especial e altamente significativa: as propostas recolhidas nos mais de 520 eventos dos Congressos Profissionais realizados no transcurso do 7º CNP. Essas propostas, consideradas como Fatos Condicionadores do Presente, somaram-se aos Fatos Relevantes do Passado e aos Fatos Portadores de Futuro para, no conjunto, fundamentarem os trabalhos da FES 2011–2022. A esse conjunto se integraram diferentes visões, de profissionais e de suas organizações, perpassando passado, presente e futuro.

## Bases Conceituais e Programáticas

As bases conceituais e programáticas do trabalho realizado mantiveram-se alinhadas com aquelas definidas nas FES, ou seja, 1) o referenciamento aos eixos da formação profissional, do exercício profissional, da organização do sistema, da integração profissional e social e da inserção internacional; 2) a revisão dos estudos prospectivos do horizonte 2009/2014 e os resultados obtidos após a consideração dos Delegados no 7º CNP; e 3) o estabelecimento dos novos objetivos estratégicos, e os desdobramentos desses em diretrizes para o planejamento estratégico das organizações.

## Resgate Necessário

Ressalte-se, por sua importância, a decisão da Comissão Organizadora Nacional do 7º CNP, homologada pelo Plenário do Confea, de resgatar em 2010 uma proposta do Plano de Ações Estratégicas 2000, do Confea, de “fundamentar o processo de planejamento estratégico do sistema profissional nas propostas aprovadas nos Congressos Nacionais de Profissionais”.



## Horizonte Prospectado

A adoção do horizonte 2011/2022 decorreu da decisão tomada pelas lideranças do Sistema Confea/Crea de situar seu trabalho estratégico no âmbito daquele realizado pela União Federal, por alguns Estados e por inúmeras organizações nacionais, permitindo, dessa maneira, a convergência de programas, projetos e ações para a consecução de objetivos comuns. O tema central adotado foi Construindo uma Agenda Estratégica para o Sistema Profissional: desafios, oportunidades e visão de futuro.

## Do Individual ao Coletivo

Além das contribuições dos Congressos Profissionais, a FES 2010 buscou a visão das organizações, a partir dos seminários realizados, com valiosas contribuições do Colégio de Presidentes, do Colégio de Entidades, das Coordenadorias Nacionais de Câmaras, dos Conselheiros Federais e da Mútua. E ao longo dessa jornada os participantes foram convidados também a vislumbrar o Brasil de 2022 – no bicentenário de sua independência – e como o Sistema profissional se via nesse contexto. Ficou claro que nesse horizonte o país passará por grandes transformações e buscará atingir objetivos econômicos, como tornar-se a 5ª maior economia do mundo, conseguirá expandir significativamente seu mercado interno e realizará o objetivo social de erradicação da miséria absoluta. Outros desafios expressivos a enfrentar nesse horizonte são: (1) o do equacionamento e solução dos problemas de infraestrutura, que emperram o desenvolvimento e colocam em cheque os compromissos brasileiros para a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016; (2) a implementação de uma consistente política de pesquisa, desenvolvimento e inovação C&T.

## Uma Agenda Estratégica como Resposta

A resposta objetiva do Sistema Confea/Crea a esses desafios, de dispor de um sistema profissional eficaz num país em acelerado processo de desenvolvimento sustentável, está sintetizada nos delineamentos que a seguir se apresentam, de uma Agenda Estratégica para o Sistema Profissional. Essa foi a forma de as profissões da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia responderem ao presente chamamento dos cidadãos-profissionais que o integram e junto com a sociedade brasileira desejosa de desenvolvimento sustentável com justiça social.

## Agentes do Desenvolvimento

As responsabilidades ético-profissionais dos quase um milhão de integrantes do Sistema Confea/Crea – cujo exercício profissional os caracteriza como agentes do desenvolvimento – devem estar inseridas na construção nacional que ora se inicia. Efetivamente, como profissionais que atuam na elaboração de Estudos, Planos, Projetos, Construção e Produção, Gerenciamento, Gestão, Operação, Manutenção, ou seja, em todas as fases e em todos os ciclos de todas as cadeias produtivas de nossa socioeconomia devem participar da definição das Políticas Públicas e do acompanhamento crítico dos Planos de Governo.

## Visão de Futuro

O Sistema Confea/Crea, visando o equacionamento dos problemas com a apresentação de competentes soluções e a utilização dos instrumentos e mecanismos do planejamento, apresenta este documento representativo, que sintetiza a visão de futuro para o Sistema:

“Ser reconhecido em 2022 como um Sistema eficaz e comprometido com a excelência do exercício e das atividades profissionais, em prol da sustentabilidade socioeconômica e ambiental”.

## Macro-objetivos

Dessa visão decorreram 04 macro-objetivos:

- Ser reconhecido em 2022 como um Sistema: Ser um Sistema Profissional com caráter Multiprofissional, mantendo sua coesão e estrutura.
- Ser reconhecido em 2022 como um Sistema eficaz: Atingir o NÍVEL 09 DE GESTÃO do Modelo de Excelência em Gestão Pública no Confea, nos Creas e na Mútua e o nível máximo de Gestão do Prêmio de Gestão da Qualidade nas Entidades.
- Ser reconhecido em 2022 como um Sistema comprometido com a excelência do exercício e das atividades profissionais: Ser reconhecido pela sociedade e pelos profissionais como um sistema comprometido com a excelência do exercício e das atividades profissionais.
- Ser reconhecido em 2022 como um Sistema em prol da sustentabilidade socioeconômica e ambiental: Ser reconhecido como referência no desenvolvimento das políticas públicas, em defesa dos interesses sociais e humanos nelas envolvidos.

## Desafios Estratégicos

Esses macro-objetivos serão atendidos por meio de ações desdobradas em 09 objetivos estratégicos do sistema profissional. Eles são representativos do posicionamento dos profissionais e de suas organizações diante das aspirações, das necessidades e das potencialidades não apenas do sistema profissional, mas também da sociedade brasileira.

Somos desafiados: (1) a melhorar nossa gestão, assegurada a sustentabilidade na sua mais ampla acepção; (2) a discutir as grandes questões profissionais, nacionais e, agora também, as internacionais; (3) a gerar propostas de políticas públicas e acompanhar suas implementações; (4) a contribuir com as Instituições de Ensino na melhoria permanente da qualidade da formação profissional; (5) a realizar pesquisas e estudos das tendências de mudanças do exercício profissional, como a certificação profissional e a mobilidade profissional; e outros desafios mais que surgem na esteira das transformações sociais, econômicas, científicas e tecnológicas em curso.

## Propostas da Agenda

A presente Agenda Estratégica propõe uma nova visão de futuro no horizonte 2011/2022, mas também pretende promover o alinhamento e as diretrizes das ações dos profissionais e de suas organizações com a sociedade, este é o documento básico da convocação que a todos se faz.



# CENÁRIOS 2010

# UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

## Formação e exercício profissional

Segundo o último Censo da Educação Superior, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, o total de ingressos de alunos em cursos de graduação presenciais de áreas afetas ao Sistema Confea/Crea representa pouco mais de 13% em relação ao total de ingressos no ano de 2009 (em torno de 203.035 ingressos, em um total de 1.511.388). Para se ter uma comparação, o número de ingressos nesse mesmo ano somente nos cursos de Direito corresponde a 9,8% (149.377 ingressos).

Para explicar, em parte, esse aparente desinteresse pela área de tecnologia, pode-se trazer à discussão a dificuldade dos cursos de se adaptarem às necessidades do mercado de trabalho e às constantes evoluções tecnológicas. Outra questão por investigar é a da qualidade da formação. Em suas configurações atuais, o sistema educacional brasileiro tem se mostrado não apenas ágil, mas também bastante adaptativo. Porém, as deficiências de qualidade na educação básica impõem obstáculos importantes ao sucesso dessa formação.

Ademais, torna-se difícil ampliar a capacidade de formação de engenheiros enquanto os concluintes do ensino médio apresentarem baixa proficiência em matemática e ciências.

Já começam, inclusive, estudos em algumas universidades brasileiras para se mudar o modelo de formação acadêmica, adotando-se os mais parecidos com o Modelo Norte-Americano e o Modelo Europeu Unificado, os quais trazem a concepção de níveis ou ciclos de formação mais generalista e outros de formação mais específica.

Adicionalmente, verifica-se que, em qualquer ranking internacional de melhores universidades, as brasileiras não estão bem colocadas. Pelo ranking 2010 elaborado pela Universidade de Comunicações de Xangai, a universidade brasileira mais bem colocada (USP) aparece somente no grupo entre as 101 e 150 melhores. No total, apenas seis universidades nacionais são citadas.

Dessa forma, quando se trata do estudo sobre o porquê da atual demanda por cursos da área tecnológica, deve-se levar em conta, além desses fatores, a questão da valorização das profissões, da atratividade dos cursos, da excelência do ensino e da demanda por esses serviços.

Por fim, também deve ser questionado o fato de que os 12% do total de jovens que ingressam em cursos afetos ao Sistema Confea/Crea são parte de uma parcela de apenas 13,9% (dados do IBGE/2009) de jovens brasileiros que estão matriculados em cursos superiores.

Os especialistas dizem que o baixo índice de formandos em Engenharia está associado a um período de pelo menos 20 anos em que a economia brasileira praticamente estagnou, reduzindo a demanda por profissionais do segmento. Além disso, parte dos engenheiros acabou deslocada a outras atividades, cuja remuneração era mais atrativa, como o setor financeiro.

Dados recentes da CNI – Confederação Nacional da Indústria relativos ao tema indicam que o Brasil forma apenas metade dos engenheiros que o país necessita, anualmente. Segundo ainda dados da CNI, o déficit de engenheiros em 2010, no país, é da ordem de 150 mil. “Além disso, ainda temos de nos defrontar com a disparidade entre a formação destes profissionais e as necessidades da indústria”, reforça o presidente da ISA Distrito 4, José Otávio Mattiazzo.

Não obstante, a formação dos engenheiros não se esgota na graduação. O rápido avanço tecnológico impõe atualização constante a esses profissionais que, para se manterem no mercado, devem buscar a atualização sistemática ao longo de toda a vida profissional. A educação continuada é que permitirá a adequação dos perfis profissionais a uma demanda sempre variável e cada vez mais sofisticada.

Outro fato é que nem todos os diplomados em engenharia vêm a ocupar no mercado de trabalho funções típicas da profissão – isto é, nem todos seguem carreira. Muitos deles deslocam-se para outras ocupações, em setores os mais diversos, como finanças, administração pública, docência etc. Além disso, há certamente diplomados desempregados, empresários, trabalhadores por conta própria, emigrantes, ou mesmo aqueles fora da força de trabalho.

Em recente estudo publicado na revista Radar Nº6 IPEA – Fev/2010, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) buscou avaliar todas essas questões em torno da escassez de profissionais. Destaca que, caso o crescimento do PIB fique a 5% ao ano até 2015, será necessário 1,155 milhão de profissionais – número maior do que os 1.099 milhão de engenheiros que deverão estar atuando no mercado. E, com crescimento de 7% ao ano, será necessário 1.462 milhão de engenheiros.

Usando dados de 2008, o estudo verificou que a razão entre o estoque de pessoas formadas nas áreas de engenharia, produção e construção (750 mil em 2008) e o estoque de empregos formais nas ocupações típicas destes profissionais (211,7 mil em 2008) é de aproximadamente 3,5. Este número pode ser reduzido mais coloquialmente da seguinte forma: para cada dois graduados em engenharia trabalhando com carteira assinada em ocupações típicas de sua formação, há outros cinco em uma das seguintes situações: exercem outras ocupações; estão desempregados; exercem atividades como profissionais não assalariados; emigraram para outros países; ou estão simplesmente fora do mercado de trabalho.

Vale aqui reiterar que o estudo inclui apenas o contingente de profissionais dessas áreas trabalhando nas ocupações que lhes seriam típicas. Para evitar uma possível subestimação da demanda global por pessoas com as competências usuais dos engenheiros, ou otimismo exagerado com a capacidade de formação destes profissionais, leva-se em conta naquela pesquisa o fato de que pessoas formadas em engenharia são também demandadas nos mais diversos setores para outras ocupações.

Assim, é razoável supor que o contingente de engenheiros disponíveis no mercado de trabalho reflita, em boa medida, essa demanda mais abrangente ou “demanda total” por pessoas com tais competências. Ou seja, deve-se admitir que sempre haverá um estoque maior de engenheiros formados do que de trabalhadores cuja ocupação seja típica de engenheiro, justamente para atender a demandas em outros segmentos da estrutura de emprego.

Assumindo isto, foram projetados diferentes cenários, nos quais é variada a razão entre o estoque total de pessoas formadas nas áreas em estudo e requerimento técnico total. A tabela a seguir, apresentada pelo IPEA, traz esses números e destaca a razão que iguala a oferta e a demanda por esses profissionais em cada cenário de crescimento da economia.

## Cenários de crescimento da economia e de oferta e demanda totais (de engenheiros)

		2015			2022		
Disponibilidade (oferta)		1.099.239			1.565.426		
Multiplicador do req. téc.		3,5	3,0	2,5	3,5	3,0	2,0
Taxa média de crescimento							
3% a.a.		1.168.164	1.001.283	834.403	1.861.174	1.595.292	1.063.528
5% a.a.		1.348.487	1.155.846	963.205	2.480.114	2.125.812	1.417.208
7% a.a.		1.076.807	1.462.977	1.219.148	3.973.263	3.405.654	2.270.436

A questão que se coloca, portanto, é: *seriam esses estoques projetados suficientes para atender à “demanda total”, dado cada patamar da razão entre disponibilidades futuras e requerimento técnico total projetado?*

A se manter o nível atual de 3,5, o estoque projetado não será suficiente, qualquer que seja o cenário.

Se ele se reduz a 3,0, atende a tais requerimentos apenas no cenário mais conservador até 2015, porém se torna insuficiente mais adiante para qualquer cenário. Na hipótese de desvio de 2,5 – ou seja, três graduados em outros grupos ocupacionais para cada dois graduados no grupo “engenheiros” –, o estoque projetado já atenderia aos cenários com 3% e 5%, pelo menos em 2015.

Já para 2022, esse estoque só seria suficiente caso a razão venha a se reduzir para 2,0; mesmo assim, permitiria taxas de crescimento de, no máximo, 5% a.a. no período. Para que se chegasse a 2022 com taxas de crescimento do PIB consistentemente em patamares de 7% a.a., seria necessário um ritmo mais intenso de formação de engenheiros. Ainda que se possa imaginar uma tendência natural de queda em períodos de crescimento mais acelerado, chegar em 2022 com a referida razão em torno de 2,0 seria uma hipótese provavelmente bastante otimista.

Portanto, qualquer aceleração de crescimento econômico poderá gerar déficit de oferta de engenheiros caso se mantenham os atuais padrões de distribuição dos graduados fora do grupo “engenheiros”, tal como aqui delimitado.

## Organização e Gestão

O desafio que se coloca à Gestão Pública hoje é a construção de um Estado “inteligente”, que seja instrumento da ação coletiva de uma sociedade em transformação na consecução de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Em 2009 a colaboração de várias entidades, como Ministério do Planejamento, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração e Movimento Brasil Competitivo, tornou possível a realização de um diagnóstico com os principais problemas, desafios e possíveis soluções para os entraves na melhoria da qualidade das políticas públicas.

A ausência de uma relação mais próxima entre os servidores públicos e a população, que depende desse serviço, é apontada como um dos principais motivos para a manutenção de trabalhos repetitivos e de baixa qualidade. Além disso, a burocracia continua atuando em todas as esferas, o que dificulta qualquer tentativa de mudança.

Ocorre que imputar um caráter meramente “corporativo” aos Conselhos Profissionais, esquecendo-se de que a principal razão da existência desses órgãos consiste no interesse social, e a defesa da incolumidade pública conota-se como algo já ultrapassado nos anseios profissionais e, sobretudo, nos sociais.

Agindo os Conselhos na correta direção (fiscalização do exercício e da atividade profissional), constituindo-se em Sistemas Profissionais, também se promove uma adequada valorização profissional dos seus inscritos, vez pela qual restarão resguardados os interesses de todos aqueles que laboram em conformidade com a correta aplicação dos conhecimentos técnicos, devidamente regulamentados, e se submetem à intrínseca ética a ser observada pelos seus pares.

Por último, obter uma maior inserção do Sistema Profissional nas questões de ordem pública, e afetas à área tecnológica, quer seja em âmbito nacional ou internacional, demonstra-se cada vez mais presente e necessário.

## Brasil e Mundo

Entre 2001 e 2009, o PIB brasileiro alcançou a média anual de crescimento de 3,2%. Para 2010, a expectativa é que a economia avance 7%, situando-se em torno de 4,5% em 2011.

A economia brasileira vem crescendo em ritmo acelerado e em condições marcadas por carência de infraestrutura em vários setores: transportes, mobilidade urbana, comunicações e energia. As próprias decisões de investimento dependem das expectativas a respeito da estabilidade dos marcos regulatórios destes setores e da extensão em que se conseguirá integrar, de forma rápida, regiões do país relativamente menos desenvolvidas que a Sudeste.

O volume de investimentos necessários para construir a infraestrutura de que o Brasil necessita para alcançar seus objetivos socioeconômicos de longo prazo não pode vir apenas da sociedade brasileira.



O tratamento adequado do assunto exige, também, a análise de questões atinentes:

- ao atual modelo e volume de financiamento para obras de infraestrutura, ressaltando a atenção necessária às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- à participação do setor privado no financiamento de obras infraestruturais;
- à identificação de alternativas inovadoras para ampliar o volume de financiamento de obras infraestruturais;
- à influência de vinculações internacionais sobre os fluxos de investimentos em infraestrutura no Brasil;
- à garantia de mecanismos de licenciamento que contemplem os requisitos ambientais com a rapidez requerida;
- à garantia de procedimentos licitatórios adequados à natureza dos serviços de engenharia, que assegurem a continuidade das obras iniciadas até a sua conclusão, sem paralisações inconvenientes.

Internacionalmente, o Brasil ocupa hoje o papel de nação de economia ascendente e com um papel geopolítico cada vez mais forte.

Poucos países deixaram a crise financeira internacional para trás de forma tão rápida quanto o Brasil. Em 2009, o PIB recuou 0,2% por conta dos efeitos da crise financeira internacional. Apesar dessa queda, o Brasil obteve um dos melhores resultados entre os demais países. Os Estados Unidos, por exemplo, sofreram queda de 2,4%, enquanto a zona do euro recuou 4,1%. No entanto, quando comparado aos demais países do BRIC (Rússia, Índia e China), o Brasil só apresentou desempenho superior ao da Rússia, que sofreu em 2009 uma contração de 7,9%. A economia da China cresceu 8,7% em 2009 enquanto a Índia alcançou 6,1%. Para os próximos anos estão previstos vultosos investimentos, principalmente em infraestrutura, por conta da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no país, o que abre a possibilidade de elevação da taxa anual de crescimento. Todavia, algumas dificuldades relacionadas à infraestrutura, mão de obra, carga tributária e taxa de juros precisam ser superadas para que o Brasil consiga sustentar uma taxa de crescimento próxima à da China por longos períodos.

Um exemplo desse novo papel geopolítico está na participação do país no G20 financeiro, que ganhou destaque em função da crise internacional de 2008.

O tema de formação profissional, junto com agricultura e saúde, está entre as principais linhas de ação da Agência Brasileira de Cooperação. Para além da Segurança Alimentar e Nutricional, e do bom funcionamento dos sistemas públicos de saúde, a Cooperação Sul-Sul objetiva o desenvolvimento econômico sustentável e, para que isso ocorra, é necessário que os países contem com uma força de trabalho qualificada e variada.

No continente africano, há centros de formação sendo instalados ou já funcionando em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No Haiti, o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI capacitou militares que integram a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), responsável por garantir a paz no país, por meio de cursos profissionalizantes em áreas como cargas perigosas, prevenção de incêndio, manutenção de motores e movimentação de produtos químicos. No Paraguai, em parceria com o Ministério da Justiça e Trabalho do Paraguai e o Serviço Nacional de Promoção Profissional do Paraguai, o centro do SENAI forma 1.500 alunos por ano.

Essas experiências internacionais contribuem para a evolução constante da educação profissional e o fortalecimento da indústria, aprimorando o serviço de aprendizagem profissional brasileiro, além de aumentarem as oportunidades de criação de novos empregos e de geração de renda no Brasil.

Em outro ponto, a exploração da camada do pré-sal vai exigir uma quantidade maior de engenheiros do que a existente hoje no Brasil. Em compensação, essa área tem rentabilidade e usa tecnologia muito avançada, o que gera uma grande capacidade de recrutamento no exterior.

O Ministério do Trabalho e Emprego concedeu no ano passado, por meio da Coordenação Geral de Imigração, 3.542 autorizações para o ingresso de engenheiros estrangeiros no Brasil, aumento de 27% sobre os 2.712 de 2008. Entre janeiro e julho deste ano, elas atingiram 2.804, superando os números de 2008. Caso se mantenha o mesmo ritmo de crescimento nos próximos cinco meses, o Brasil irá encerrar 2010 com a entrada de 4,8 mil engenheiros estrangeiros, crescimento de 39% sobre o ano passado. Esta escassez de engenheiros só tende a aumentar nos próximos anos com as obras para a Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, pré-sal e o *boom* imobiliário.

Conforme a Lei 5.194/66, o exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente. Entretanto, as entidades que contratarem profissionais nos termos supracitados são obrigadas a manter, junto a eles, um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

Não obstante os dados do Ministério do Trabalho, a quantidade de profissionais diplomados no estrangeiro com registro homologado pelo Confea nos últimos 10 anos não ultrapassa 270.

Cada profissão exige formação específica que habilita as pessoas para o exercício profissional de determinadas atividades. Nos tempos atuais essa formação é apenas o ponto de partida na carreira de um profissional que precisa, para se manter atualizado e absorver as tecnologias e inovações na sua área de atuação, de capacitação permanente e continuada. Médicos podem complementar sua formação acadêmica com uma residência ou uma especialização – um período em que estarão sob supervisão para avaliar a sua performance, como forma de se credenciar como especialista.

Em nosso País, o Estado exerce papel importante na atuação das profissões – autarquias especiais exercem a fiscalização do exercício profissional, de maneira a assegurar que os serviços específicos de determinadas profissões sejam exercidos por aqueles que possuem a devida formação para garantir a sua realização dentro da técnica adequada, com qualidade dos serviços e segurança para os usuários e para a sociedade.

A novidade é que as organizações têm buscado, além do exercício legal da profissão, validar atividades profissionais mediante verificação da conformidade dos serviços e da gestão por meio de mecanismos de certificação. Para João Carlos Alexim, a certificação é: “o reconhecimento formal dos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências do trabalhador, requeridos pelo sistema produtivo e definidos em termos de padrões ou normas acordadas previamente, independentemente da forma como foram adquiridos”.

Segundo o autor, as discussões sobre o avanço conceitual da certificação chegaram a propor uma linguagem comum e, sobretudo, a colocar as questões que não têm respostas prontas ou automáticas. A decisão de adotar a certificação não é nada simples. E não existe uma regra acabada para aplicá-la, a menos que se esteja tratando das atividades de ponta, ligadas à alta tecnologia, em que a certificação completa a estratégia de qualidade total. Nas áreas de petróleo, siderurgia, petroquímica, indústria automobilística, soldagem e assemelhados, a certificação de pessoal faz parte das garantias de precisão e de alcance de padrões de qualidade preestabelecidos e necessários à competitividade internacional. Para o trabalhador, mais segurança e menos riscos de acidente. O comércio internacional também vem ampliando suas exigências quanto à garantia de qualidade, o que igualmente conduz ao recurso da certificação.

Assim, além da habilitação específica para o exercício profissional, a sociedade e as organizações têm exigido uma avaliação, um credenciamento ou certificação como forma de ratificar a especialidade e competência profissional.

Mundialmente esse mecanismo tem sido utilizado para validar experiências e competência para o desenvolvimento de determinadas atividades, à luz de parâmetros internacionais estabelecidos, credenciando assim os profissionais perante empresas e a sociedade.



## O MUNDO EM 2022

No limiar do bicentenário de nossa Independência, quando se inicia a etapa soberana e ativa de construção do Brasil multirracial, multicultural, multifacetado, em que hoje vivemos, enfrentamos desafios que são mais do que extraordinários. E os desafios que teremos de enfrentar de hoje até 2022 serão, sem qualquer exagero, formidáveis. Internos e internacionais. Internos, devido à necessidade, para poder celebrar com orgulho a data simbólica de 2022, de reduzir de forma radical as desigualdades sociais que nos dividem e que nos atrasam; de eliminar as vulnerabilidades externas que nos ameaçam em nosso curso e de realizar nosso gigantesco potencial humano e material. Esta tarefa urgente e árdua, para ser válida, terá de ser realizada em uma trajetória de pertinaz aprofundamento de nossa democracia que amplie a participação efetiva do legítimo dono do Estado brasileiro, que é o povo, na gestão do Estado que é seu. Tudo nos entrechoques de uma dinâmica internacional que cada vez mais nos afeta e na qual tem o Brasil a cada dia que passa um papel mais importante.

A evolução da sociedade internacional em todos os seus aspectos políticos, militares, econômicos, tecnológicos e sociais será relevante, ainda que não determinante, para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Será relevante, mas não determinante, porque o Brasil, devido a suas dimensões territoriais e demográficas e aos seus extraordinários recursos naturais, tem a possibilidade cada vez maior de influir sobre o sistema internacional e de torná-lo menos hostil à defesa de seus interesses e à realização de seus objetivos. Esse sistema internacional daqui até 2022 terá aspectos fundamentais semelhantes aos que apresenta hoje.

O Brasil terá de atuar com firmeza sobre a evolução das principais tendências do sistema internacional de forma a criar o ambiente mais favorável possível ao seu desenvolvimento econômico e social, à defesa e à promoção de seus interesses políticos e econômicos na esfera internacional e ao seu desenvolvimento político interno, em uma sociedade cada vez mais democrática. Naturalmente, quanto mais bem-sucedido for o Brasil em reduzir suas disparidades sociais e em, assim, criar um grande mercado interno; quanto mais exitoso for em eliminar suas vulnerabilidades externas; quanto mais persistente em seu esforço de realizar o seu extraordinário potencial de produção e, finalmente, quanto mais fortalecer sua democracia, tanto maior será sua capacidade de agir no campo internacional. Mas não é possível esperar por isso para então agir internacionalmente, pois o sistema mundial não só não espera pelo Brasil, como a ele faz incessantes demandas. Por essa razão, ao mesmo tempo em que se constrói e se transforma o Brasil, é necessário agir sobre as principais tendências internacionais para impedir que se cristalizem os privilégios de que gozam as potências tradicionais e para torná-las mais favoráveis ao nosso desenvolvimento.

Por essas razões e por outras, tais como a escassez de dados e a reduzida confiabilidade de muitos daqueles disponíveis, ao invés de tentar construir um cenário ideal ou um conjunto de cenários em torno de um suposto cenário central que representasse a projeção de uma evolução histórica, é bem mais útil identificar as grandes tendências do sistema internacional e examinar sua provável situação no ano de 2022. Essas principais tendências são:

- a aceleração da transformação tecnológica;
- o agravamento da situação ambiental-energética;
- o agravamento das desigualdades sociais e da pobreza;
- as migrações, o racismo e a xenofobia;
- a contínua globalização da economia mundial;
- a multipolarização econômica e política;
- a concentração de poder;
- a normatização internacional das relações entre Estados, empresas e indivíduos; e
- a definição internacional de parâmetros para as políticas domésticas dos Estados subdesenvolvidos.



## A AMÉRICA DO SUL EM 2022

A América do Sul é a nossa região, onde nos encontramos e de onde jamais sairemos. O futuro do Brasil depende da América do Sul e o futuro da América do Sul depende do Brasil.

A América do Sul é um arquipélago de sociedades e economias separadas pela distância, por obstáculos geográficos e pela herança das políticas coloniais que as isolavam cada uma das demais e que as vinculavam exclusivamente a suas metrópoles, Madri e Lisboa. A histórica e geográfica dificuldade de contatos permanece até hoje, entre os sistemas de transportes, de energia e de comunicações dos distintos países, já em si pouco integrados nacionalmente. Isso levou a um fluxo, que ainda é reduzido, de comércio, de investimentos, de pessoas e de cultura. A dificuldade de contatos entre os países contribuiu, juntamente com as características de seu desenvolvimento e de sua inserção na economia mundial, para fazer da América do Sul esse arquipélago de sociedades subdesenvolvidas, com elevadíssima concentração de renda, com índices sociais deploráveis, muitas delas primário-exportadoras, tecnologicamente dependentes, militarmente fracas.

A América do Sul é um continente rico ao extremo em recursos naturais, tanto em seu solo como em seu subsolo, distribuídos de forma desigual entre os países que a integram. Países de enorme capacidade agrícola ao lado de países importadores de alimentos. Países riquíssimos em energia ao lado de países sufocados pela falta. Países de razoável industrialização e outros voltados para a agricultura e a mineração. Países de reduzida dimensão territorial ao lado de outros de grande extensão.

As reservas de minérios, as fontes de energia, as terras aráveis, a água, a biodiversidade constituem um enorme potencial, aproveitado de forma incompleta e muitas vezes predatória. Não foi e não está ele organizado para atender às estruturas produtivas avançadas e grandes mercados internos, mas, sim, para suprir a demanda de mercados tradicionais, que se originaram e se formaram desde os tempos do comércio colonial e que, hoje, assumem, por vezes, formas quase neocoloniais. Mesmo naqueles países mais avançados da América do Sul, a economia se encontra organizada, em grande parte, para a produção e a exportação de produtos minerais e agrícolas, às vezes processados, e de semimanufaturados, como se constata pela presença majoritária de produtos primários ou de baixa tecnologia na pauta de exportações de cada país.

## Economia

Em grande síntese, as estruturas econômicas nacionais da região se caracterizam por grandes complexos exportadores de minérios e de produtos agrícolas ao lado de setores industriais de pequena dimensão e de baixa eficiência, que se dedicam ao processamento de matérias-primas locais para o mercado local, tais como têxteis e alimento. Há a exceção de situações específicas como a do Brasil e a da Argentina, que têm parques industriais amplos e complexos. Mas todos eles, dos menores aos maiores, são ameaçados e atingidos periodicamente por políticas neoliberais de abertura comercial indiscriminada e radical, por políticas cambiais que utilizam as importações para controlar a inflação, e, agora, pela concorrência avassaladora da China, que afeta a integração comercial regional.



## Política

Há duas crescentes presenças econômicas, e potencialmente políticas, na América do Sul: a espanhola e a chinesa. A influência espanhola se articula a partir da queda de Franco, da redemocratização e do ingresso da Espanha na União Europeia. A queda de Franco extinguiu o estigma ditatorial do país, a redemocratização foi saudada como um modelo para a América Latina, e seu ingresso na União Europeia lhe conferiu respeitabilidade e gerou o mito de que a Espanha seria uma porta de entrada da América Latina na Europa. As políticas de privatização criaram a oportunidade para grandes empresas espanholas se introduzirem nos mercados da América do Sul. Politicamente, a Espanha articulou o processo de criação da Íbero-América, aproveitando as comemorações do Descobrimento e Conquista das Américas, a que chamou de Encontro de Civilizações. Sendo a Espanha um país de industrialização recente, sua influência na região, entretanto, em especial com a crise de 2008, não se tem expandido, inclusive pela sua incapacidade – por seu próprio peso na União Europeia – em se tornar um porta-voz eficaz das aspirações sul-americanas.

A presença chinesa é ainda incipiente e ocorre principalmente na área do comércio exterior, em que a China se afirma como destino de matérias-primas sul-americanas e como origem de produtos manufaturados de baixo preço. Para muitos países da América do Sul, a China se tornou o primeiro ou segundo parceiro comercial. Essa presença chinesa tende a atingir de forma negativa os incipientes parques industriais da região, mesmo aqueles dos países mais industrializados, como o Brasil e a Argentina, que as normas da OMC dificultam proteger. Porém, as importações de produtos chineses de baixo preço tendem a ser consideradas importantes no combate à inflação, conduzido, por vezes, por administradores conservadores e os que os apoiam, especialmente os setores rentistas das sociedades. A presença das grandes empresas chinesas como investidoras já se expande rapidamente. A presença comercial, financeira e investidora da China na América do Sul certamente terá repercussões sobre a influência americana, política e econômica, na região.

## Paradoxo

Um terrível, angustiante e desafiador paradoxo existe na América do Sul: um continente extremamente rico em recursos minerais, em energia, em potencial agrícola, em biodiversidade, em que se encontram sociedades que ostentam níveis extraordinários de pobreza e de exclusão, ao lado de riqueza excessiva e ostentatória.

Este paradoxo é um desafio. Suas causas históricas se encontram na natureza das relações entre as colônias, que se tornaram os países da América do Sul, e as metrópoles subdesenvolvidas, Portugal e Espanha, que ficaram praticamente à margem do Renascimento, do Iluminismo e da Revolução Industrial. Essas metrópoles chegaram a proibir, em benefício do monopólio comercial, os incipientes esforços de industrialização nas colônias, e organizaram os seus sistemas políticos e econômicos, com base no trabalho escravo ou servil, na mineração e no latifúndio agrícola para atender às metrópoles, e dificultaram, pela Inquisição, o progresso cultural e científico das sociedades coloniais. Os efeitos dessas relações coloniais se fazem sentir até hoje nos sistemas sociais, culturais, econômicos e políticos dos países da América do Sul.



As dificuldades que têm as sociedades da região em promover o desenvolvimento econômico decorrem, em grande medida, da fragilidade institucional e organizacional de seus Estados. Esta debilidade institucional tem sua causa profunda nas enormes disparidades de renda e de riqueza e na concentração de poder, o que faz com que os sistemas tributários sejam altamente regressivos, com base em impostos indiretos e aduaneiros, e de fraca incidência, o que, em muitos casos, redundando em pequena carga tributária em relação ao PIB. É importante notar que em alguns países da América do Sul só recentemente se introduziu o imposto sobre a renda. Assim, muitos Estados da região não dispõem de recursos suficientes para organizar e executar programas de construção de sua infraestrutura física e social, e de redistribuição de renda, indispensáveis para reduzir as disparidades extremas e para permitir o desenvolvimento de mercados modernos.

## O Brasil e a América do Sul

A assimetria territorial faz com que o Brasil, por ter um território bem maior do que os territórios de cada um dos demais países, tenha uma gama mais ampla de recursos do solo e do subsolo e que, assim, tenha a possibilidade de produzir, em seu território, muitos daqueles bens minerais e agrícolas que são produzidos e exportados pelos países vizinhos. O Brasil, inclusive devido a razões de escala, pode produzir competitivamente tais produtos e muitas vezes, quando não o consegue, surgem pressões protecionistas dos setores menos competitivos, que solicitam medidas para dificultar sua importação dos países vizinhos.

A assimetria demográfica decorre de ter o Brasil metade da população da América do Sul e de ter mais de quatro vezes a população do segundo país, em habitantes, da região. Esta maior população permite ao Brasil, em comparação com os demais países da região, ter um maior mercado interno, diversificar mais sua estrutura produtiva, atrair mais investimentos estrangeiros e ser menos vulnerável a flutuações externas fora de seu controle.

O nível de desenvolvimento mais elevado alcançado pelo Brasil expressa a capacidade da sociedade brasileira – de seus trabalhadores, empresários, executivos, profissionais, militares, intelectuais, administradores e políticos – de construir uma estrutura jurídica, administrativa e tributária capaz de organizar a produção e a desenvolver, com razoável sucesso, os recursos do país. Porém, se a sociedade brasileira, por um lado, é aquela que atingiu o nível mais elevado de desenvolvimento e a que apresenta maior potencial entre os Estados da América do Sul, é o Brasil, por outro lado, um dos países da região que apresentam níveis mais elevados de disparidade social.

A pauta de exportação de um país é um retrato de sua estrutura produtiva, daquilo que ele consegue produzir competitivamente. Em 1960, todos os países da região tinham sua pauta de exportação dominada por três produtos primários que correspondiam a mais de 70% das exportações de cada país. De 1960 a 2010 houve considerável diversificação das pautas exportadoras de todos os países, mas este fenômeno foi mais intenso no Brasil. Hoje, os três principais produtos brasileiros de exportação somam 20%. No país em melhor situação após o Brasil os três principais produtos correspondem a 40% da pauta.

Esta assimetria tem duas consequências de grande importância econômica e política. De um lado, o comércio de cada um dos países com o Brasil tende a ser cronicamente desequilibrado, devido à oferta muito maior de produtos de parte do Brasil e à dificuldade desses países de exportar para o Brasil. Em segundo lugar, as dimensões maiores da economia brasileira fizeram surgir empresas de maior dimensão, quando comparadas às empresas dos países vizinhos. Essas empresas brasileiras, muito competitivas em sua expansão natural para o exterior, se dirigem primeiro aos países vizinhos, fazendo novos investimentos ou adquirindo empresas locais e, assim, tendem a assumir uma importância cada vez maior na economia de cada Estado vizinho.

Pelas suas características territoriais, demográficas e econômicas, e pela sua política externa, o Brasil tem adquirido importância política crescente no cenário internacional. Assim, o Brasil é hoje ator indispensável nas negociações comerciais, tanto agrícolas como industriais; nas negociações ambientais; nas questões energéticas, nos temas de desarmamento e nas negociações de reforma financeira e de reforma política. Suas dimensões o tornaram de grande interesse para os investimentos das grandes empresas multinacionais que no país estabelecem as bases para suas operações na região. Estas circunstâncias tornam a atuação do Brasil na América do Sul, em outras regiões e nas Nações Unidas de uma relevância cada vez maior, sendo o país cada vez mais chamado a participar de forma mais central em foros de negociação e de articulação política, em comparação com o que ocorre com os países vizinhos.

O Brasil tem fronteiras com nove dos doze Estados da região, o que nos faz o terceiro país do mundo em número de vizinhos. Esta situação é um fato, inarredável, que nos coloca, devido às características estruturais, às assimetrias, às tendências da região e às oportunidades e riscos nelas embutidas, graves desafios de política externa e interna.

Todavia, em 2022, quer se queira ou não, devido a razões econômicas, políticas e sociais, o Brasil se encontrará inserido na América do Sul de forma muito mais intensa, complexa e profunda, tanto política quanto economicamente, do que se encontra hoje.

Razões econômicas, pois, à medida que se expandir e se interligar a infraestrutura física da região em termos de transportes, de energia e de comunicações, os fluxos de comércio, de investimentos e migratórios entre o Brasil e cada um dos países vizinhos tenderão a se ampliar, extraordinariamente.

Razões sociais, pois na medida em que as sociedades da América do Sul venham a encontrar dificuldades para superar de forma democrática, pacífica e eficiente as extraordinárias disparidades sociais que apresentam, em cuja raiz se encontram fenômenos complexos e entrelaçados, tais como a discriminação racial, a sobrevivência do latifúndio, antigo e moderno, e a pobreza histórica cumulativa, que se reproduz de geração em geração e que atinge amplos setores de suas populações, será difícil para os países da região desenvolver um mercado interno significativo e aproveitar todo seu potencial econômico.

Razões políticas, pois na medida em que os países tenham dificuldade em se desenvolver e ao mesmo tempo redistribuir renda e em que permanecerem situações de opressão e de discriminação em relação a grupos étnicos autóctones, a instabilidade social levará à instabilidade política, com maior ou menor grau de violência, com eventuais reflexos sobre o Brasil.

No entanto, se conseguirem vencer esses desafios econômicos, sociais e políticos, as sociedades vizinhas se tornarão parceiros cada vez mais importantes para o Brasil, tanto econômica quanto politicamente.

## Perspectivas

As características da América do Sul – grande riqueza mineral e energética; grandes extensões de terras aráveis não utilizadas; população cada vez mais urbana em processo de estabilização demográfica; regimes políticos estáveis; inexistência e distância geográfica de áreas de conflitos intensos – tenderão a condicionar o papel da América do Sul em um cenário político mundial em que a disputa pelo acesso a recursos naturais e a alimentos será fundamental. No entanto, para um grande número de países, com a concorrência chinesa e com a dificuldade de promover políticas nacionais de industrialização, será difícil agregar maior valor à produção e às exportações e diversificá-las, para reduzir a vulnerabilidade externa.

Em uma economia mundial em que países como a Índia e a China detêm cerca de 30% da população mundial, com índices de consumo de calorias extremamente baixos, e com economias em rápida e contínua expansão, já que a China cresceu a 10% a.a. em média nos últimos 30 anos e a Índia a 8% a.a. nos últimos dez anos, com escassez crescente de minérios e alimentos, em um contexto de acirrada disputa mundial por recursos, a América do Sul é vista como uma fonte especialmente importante desses recursos.

Até 2022 essas tendências tenderão a se agravar devido às tendências do sistema mundial, ao tipo de inserção da região na economia global, às resistências das elites em implantar políticas econômicas e sociais capazes de ampliar com vigor a produção e ao mesmo tempo redistribuir riqueza e renda; à escassez de capital doméstico e à dificuldade de acesso ao mercado mundial para financiar a construção da infraestrutura; às resistências dos grupos privilegiados em cada sociedade, à necessidade de transformação social e de conferir maior poder político à grande massa da população.

Assim, em grande número dos Estados da América do Sul, em especial naqueles de menor população e território, as tendências econômicas, sociais e políticas continuarão a ser as mesmas que hoje se apresentam enquanto que as características estruturais se manterão. Somente um esforço muito grande, em que o Brasil teria especial responsabilidade, poderá começar a reverter essa situação.

## Um Plano para a América do Sul

A América do Sul vive uma situação “semelhante” à da Europa após a Segunda Guerra Mundial. A histórica exclusão da enorme maioria das populações de quase todos os países, em situação de extrema pobreza, a violência contra as populações oprimidas, a mortalidade infantil, a desnutrição e a droga fazem com que morram por ano, na América do Sul, milhões de indivíduos, em uma verdadeira “guerra”, em um continente que necessita com urgência de um programa de construção. No passado, iniciativas como a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso se revelaram insuficientes para enfrentar este desafio que, de lá para cá, se tornou maior e cada vez mais complexo.

Os países da região maiores e mais avançados, econômica e industrialmente, terão de articular programas de desenvolvimento econômico para estimular e financiar a transformação econômica dos países menores; abrir, sem exigir reciprocidade, seus mercados e financiar a construção da infraestrutura desses países e sua interligação continental. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – FOCES é um primeiro passo nesse sentido, ao reconhecer a especial responsabilidade dos países maiores no desenvolvimento do Mercosul e seus princípios podem servir como base para um programa, que terá de ser muito mais amplo, no âmbito sul-americano.



# O BRASIL EM 2022

Em 2022, o Brasil será um Estado ainda mais soberano e cada vez mais democrático; uma sociedade mais justa e progressista; um país em acelerado desenvolvimento sustentável.

Estado plenamente soberano, o Brasil participará em pé de igualdade dos mecanismos de governança mundial e regional: do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual será membro permanente; do G-20, que será o principal organismo de coordenação da economia mundial; da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL –, que será o centro de um polo sul-americano; da Organização Mundial do Comércio – OMC – e do Fundo Monetário Internacional – FMI –, onde poderá e terá a capacidade de influir em favor dos países em desenvolvimento. E o Brasil, em todas as questões internacionais, tomará o partido da paz, da justiça e do desenvolvimento.

Será o Brasil um Estado plenamente soberano, com os meios necessários à garantia da segurança de suas fronteiras terrestres, de seus mares e de seu espaço aéreo contra as ameaças transnacionais – o crime organizado, o terrorismo, o tráfico de drogas e de armas – e capaz de dissuadir qualquer Estado que pretenda limitar nossa autodeterminação, nossa segurança econômica, nosso desenvolvimento.

Em um Estado plenamente soberano, nossa economia não estará vulnerável à especulação financeira internacional, nem às pressões de terceiros, decorrentes do controle político ou econômico de recursos estratégicos, sejam eles primários, industriais ou tecnológicos.

A sociedade brasileira será mais justa, pois as diferenças de renda entre as classes e as regiões terão se reduzido de forma significativa e a miséria e a pobreza terão desaparecido de nosso território. O sistema tributário cumprirá sua função de forma progressiva, fazendo com que a contribuição de cada um corresponda à sua capacidade econômica. O Brasil em 2022 deixará de ser um dos países mais desiguais do mundo.

Assim como a redução das diferenças excessivas de renda, uma sociedade mais justa exige que as diferenças de riqueza se tenham reduzido e que os cidadãos tenham pleno acesso à propriedade da terra, no campo e nas cidades.

Uma sociedade mais justa em que todos os brasileiros terão igual acesso aos bens públicos da saúde, da educação, do transporte, da habitação, da justiça. A saúde é requisito fundamental de uma cidadania capaz de produzir melhor e de participar plenamente da política. A educação é um processo permanente e a cada momento mais sofisticado de preparação do homem para uma participação política cada vez mais complexa e para uma atividade produtiva que se transforma, continua e rapidamente. Em uma sociedade que será mais urbana, o transporte rápido, seguro e acessível é uma condição para a fruição de uma vida digna. A habitação em local e condições adequadas é uma das necessidades essenciais à família, unidade da vida social, necessária à sua integridade e desenvolvimento. A justiça rápida e imparcial é indispensável a uma sociedade complexa e diversificada, ao garantir as condições de segurança da atividade econômica e da convivência social.

O Brasil será em 2022 uma economia em crescimento acelerado e sustentável, a cada ano reduzindo firmemente a distância que nos separa dos países desenvolvidos.

Um país em desenvolvimento acelerado, estará o Brasil integrando, fisicamente, o seu território e incorporando socialmente amplos contingentes de brasileiros à economia moderna de produção e de consumo, criando um extraordinário mercado interno.

A economia brasileira terá dimensões tais que poderá produzir em seu território, com capacidade tecnológica e eficiência, os bens mais sofisticados e sua estrutura industrial garantirá a crescente agregação de valor e os salários dignos e elevados a que corresponde.

A integração física do território se dará pela construção de uma matriz de transportes que, ao lado da eficiência ambiental, permitirá a circulação rápida e a baixo custo dos bens produzidos em cada região do país. A integração física depende da ampliação do sistema energético de tal forma que, preservado o meio ambiente, as regiões mais distantes e suas populações tenham a possibilidade física de processar seus recursos naturais e a eles agregar valor, aumentando sua produtividade e sua renda. Um moderno sistema de comunicações em 2022 permitirá a cada brasileiro, nos mais distantes rincões, ter acesso a serviços e informações de toda ordem, necessários a sua plena participação no sistema econômico e social do país.

Para que o Brasil atinja essas aspirações nacionais em 2022 – ser um Estado soberano e democrático, ser uma sociedade justa e progressista, ser um país em acelerado desenvolvimento – teremos todos nós: trabalhadores, empresários, políticos, profissionais, intelectuais, militares, artistas, administradores, homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, de enfrentar até 2022 os árduos desafios de reduzir as disparidades sociais, eliminar as vulnerabilidades externas, realizar todo o potencial de nosso território e de nosso povo.

A crise financeiro-econômica, que se iniciou em 2007, revelou ao mundo e ao Brasil o acerto das políticas econômicas, sociais e de infraestrutura que permitiram ao Brasil gerar empregos, elevar o salário mínimo, crescer a elevadas taxas e atrair investimentos em um mundo estagnado, em desemprego, sem investimentos.

Muito resta a fazer na caminhada até 2022. O Estado, que é a expressão da coletividade, e a iniciativa privada terão de se dar as mãos para enfrentar os desafios de reduzir disparidades, eliminar vulnerabilidades e construir o nosso potencial.

As vulnerabilidades externas, crônicas, vão desde o setor financeiro, em que as dificuldades de fechar o balanço de pagamentos tornam necessária a atração de capitais de curto prazo e garantir sua remuneração; desde o setor comercial, em que há a necessidade de reduzir e até eliminar os déficits em setores essenciais como o de saúde e dos insumos agrícolas; desde o setor de defesa, em que é necessário o desenvolvimento da indústria e da tecnologia de defesa na medida de nosso território, de nossos mares e de nosso espaço aéreo; desde o setor político, em que o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira e a expansão natural de nossos interesses econômicos na América do Sul e em outras regiões tornarão essencial nossa presença nos mecanismos de governança mundial.

A realização do nosso potencial será tarefa extraordinária, árdua e emocionante. O Brasil é um dos cinco países de maior extensão territorial e, portanto, de maiores riquezas naturais do mundo; tem uma das sete maiores populações do planeta, o que significa a possibilidade de enorme mercado interno e menor vulnerabilidade; e já é uma das sete maiores economias do mundo, diversificada em sua mineração, agricultura, indústria e serviços. Tornar o Brasil uma sociedade desenvolvida, socialmente justa e integrada, tecnologicamente dinâmica, militarmente segura, pacífica, soberana e democrática, é o desafio que se nos impõe o próximo centenário.



# AGENDA ESTRATÉGICA 2011 – 2022: OBJETIVOS, INICIATIVAS E MEDIDAS



# IDENTIDADE DO SISTEMA PROFISSIONAL

## Visão

Ser reconhecido como um Sistema eficaz e comprometido com a excelência do exercício e das atividades profissionais, em prol da sustentabilidade socioeconômica e ambiental

## Propósito

Defesa dos interesses sociais e humanos relacionados aos empreendimentos profissionais e preservação dos preceitos éticos pactuados

## Missão

Atuar eficiente e eficazmente como a instância superior da verificação, da fiscalização e do aperfeiçoamento do exercício e das atividades profissionais, orientando seus esforços de agente público para a defesa da cidadania e a promoção do desenvolvimento sustentável

## Valores

Integridade, ética e cidadania  
Ciência & tecnologia e soberania  
Serviços de excelência à sociedade  
Valorização profissional e funcional  
Participação e posicionamento social  
Unidade de ação, parceria e transparência

## VISÃO DE FUTURO – MACRO-OBJETIVOS



# MAPA ESTRATÉGICO – SISTEMA PROFISSIONAL

## MISSÃO

Atuar eficiente e eficazmente como a instância superior da verificação, da fiscalização e do aperfeiçoamento do exercício e das atividades profissionais, orientando seus esforços de agente público para a defesa da cidadania e a promoção do desenvolvimento sustentável

### MACRO-OBJETIVO 01

Attingir o NÍVEL 09 DE GESTÃO do Modelo de Excelência em Gestão pública no Confea, nos Creas e na Mútua e o nível máximo de Gestão do Prêmio de Gestão da Qualidade nas Entidades

### MACRO-OBJETIVO 02

Ser reconhecido pela sociedade e pelos profissionais como um sistema comprometido com a excelência do exercício e das atividades profissionais

### MACRO-OBJETIVO 03

Ser reconhecido como referência no desenvolvimento das políticas públicas, em defesa dos interesses sociais e humanos nelas envolvidas

### MACRO-OBJETIVO 04

Ser um sistema profissional com caráter Multiprofissional, mantendo sua coesão e estrutura

Aprovar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina

Ampliar a participação do Sistema no desenvolvimento e implementação de políticas públicas

Promover a inserção no mercado internacional de profissionais e empresas abrangidos pelo sistema Confea/Crea

Fortalecer a qualificação dos profissionais abrangidos pelo Sistema

Sociedade

Integrar os sistemas de informação das organizações que constituem o Sistema

Melhor a qualidade da gestão

Aprimorar os processos de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema

Processos

Assegurar a sustentabilidade financeira necessária ao cumprimento da missão

Desenvolver competências dos colaboradores

Recursos



# FORMAÇÃO PROFISSIONAL

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### FORTALECER A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ABRANGIDOS PELO SISTEMA

INICIATIVA – Atuar em parceria com o Sistema de Formação na melhoria da qualidade da formação

INICIATIVA – Atuar para reduzir o déficit de profissionais com perfil adequado por meio do fomento à educação continuada

# INDICADORES

OBJETIVO		
08	Fortalecer a qualificação dos profissionais abrangidos pelo Sistema	
INDICADOR		INICIATIVAS
08.1	$QCEC = \frac{QCE}{QC}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Atuar em parceria com o Sistema de Formação na melhoria da qualidade da formação.</li> <li>•Atuar para reduzir o déficit de profissionais com perfil adequado por meio do fomento à educação continuada.</li> </ul>
LEGENDA		
<p>QCEC = quantidade de cursos de educação continuada por unidade do CREA criados em parceria com instituições de ensino                      QCE = quantidade de cursos de educação continuadas criados durante o ano                      QC = Quantidade de unidades do CREA</p>		
OBJETIVO		
08	Fortalecer a qualificação dos profissionais abrangidos pelo Sistema	
INDICADOR		INICIATIVAS
08.2	QPB	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Atuar em parceria com o Sistema de Formação na melhoria da qualidade da formação.</li> <li>•Atuar para reduzir o déficit de profissionais com perfil adequado por meio do fomento à educação continuada.</li> </ul>
LEGENDA		
<p>QPB = quantidade de profissionais beneficiados pelos cursos de educação continuada criados em parcerias com instituições de ensino</p>		
OBJETIVO		
08	Fortalecer a qualificação dos profissionais abrangidos pelo Sistema	
INDICADOR		INICIATIVAS
08.3	$DPQP = \frac{\sum_{n=1}^i \left( \frac{VA_n}{VP_n} \right) \times 100}{i}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Atuar em parceria com o Sistema de Formação na melhoria da qualidade da formação.</li> <li>•Atuar para reduzir o déficit de profissionais com perfil adequado por meio do fomento à educação continuada.</li> </ul>
LEGENDA		
<p>DPQP= desempenho em prazo nos projetos e planos de ações relacionados com a qualificação profissional                      i = quantidade de novos projetos em implementação                      VA<sub>n</sub> = valor agregado do projeto "n"                      VP<sub>n</sub> = valor planejado para o projeto "n"</p>		
OBJETIVO		
08	Fortalecer a qualificação dos profissionais abrangidos pelo Sistema	
INDICADOR		INICIATIVAS
08.4	$SE = \left( \frac{\sum_{n=1}^{TOA} SE_n}{TEP} \right) \times 100$	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Atuar em parceria com o Sistema de Formação na melhoria da qualidade da formação.</li> <li>•Atuar para reduzir o déficit de profissionais com perfil adequado por meio do fomento à educação continuada.</li> </ul>
LEGENDA		
<p>SE= satisfação do egresso com os cursos de educação continuada criados em parceria                      SE<sub>n</sub>= satisfação do egresso "n" quanto à qualidade e aplicabilidade do curso de educação continuada criado em parceria, bem como o resultado produzido por ele na forma de promoção, recolocação no mercado de trabalho, etc.                      TEP = total de egressos pesquisados</p>		

# FORMAÇÃO PROFISSIONAL

## OBJETIVO

Fortalecer a qualificação dos profissionais abrangidos pelo Sistema

## INICIATIVA

Atuar em parceria com o Sistema de Formação na melhoria da qualidade da formação

## REQUISITOS MÍNIMOS

- Realização de estudo das atuais demandas nacionais de perfis profissionais
- Participação de representantes do Sistema Confea/Crea nos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação e nas Comissões que avaliam os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos das áreas abrangidas pelo Sistema
- Ampla divulgação e discussão dos estudos realizados

## MEDIDAS

### CONFEA

- Realizar estudo das atuais demandas nacionais de perfis profissionais
- Elaborar proposta às instituições de ensino para a inclusão do Acervo Técnico como um dos critérios de análise nos processos seletivos e de promoção de professores
- Garantir a participação de representantes do Sistema Confea/Crea no Conselho Nacional de Educação e nas Comissões que avaliam os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos das áreas abrangidas pelo Sistema
- Contribuir na elaboração dos referenciais curriculares dos cursos superiores de engenharia, arquitetura e agronomia
- Regular a participação dos estudantes das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, bem como de uniformizar a implantação e o funcionamento dos Creas Juniores nos Estados

### CP – CREA

- Elaborar proposta às instituições de ensino para a inclusão do Acervo Técnico como um dos critérios de análise nos processos seletivos e de promoção de professores
- Contribuir na elaboração dos referenciais curriculares dos cursos superiores de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
- Buscar a participação de representantes do Sistema Confea/Crea nos órgãos de regulação do ensino no âmbito estadual
- Implantar o Crea Jr. no âmbito Regional
- Consolidação do papel dos Creas Juniores nos Regionais

### CNCE – CREA

- Contribuir na elaboração dos referenciais curriculares dos cursos superiores de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

### CDEN – ENTIDADES

- Contribuir na elaboração dos referenciais curriculares dos cursos superiores de engenharia, arquitetura e agronomia
- Apresentar um estudo específico na área representativa de cada entidade nacional (Abenge, Abeti, Abeas e Abea) voltado à adequação dos perfis acadêmicos e profissionais às demandas

### MÚTUA

# FORMAÇÃO PROFISSIONAL

## OBJETIVO

Fortalecer a qualificação dos profissionais abrangidos pelo Sistema

## INICIATIVA

Atuar para reduzir o défice de profissionais com perfil adequado às demandas por meio do fomento à educação continuada

## REQUISITOS MÍNIMOS

- Realização de estudo das necessidades de novos perfis de trabalho que possam ser supridas por formação continuada
- Elaboração do catálogo dos cursos de educação continuada das intuições de ensino
- Aumento da oferta de cursos de educação continuada
- Aumento do número de profissionais participantes de cursos de educação continuada

## MEDIDAS

### CONFEA

- Realizar estudo das necessidades de novos perfis de trabalho que possam ser supridas por formação continuada
- Elaborar catálogo dos cursos de educação continuada das intuições de ensino

### CP – CREA

- Estimular a criação de cursos de Educação Continuada na sua Jurisdição
- Otimizar procedimentos para que entidades profissionais vinculadas ao Sistema Confea/Crea utilizem parte da receita líquida provinda da arrecadação das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs na oferta de cursos

### CNCE – CREA

### CDEN – ENTIDADES

- Estimular a participação de profissionais em cursos de Educação Continuada

### MÚTUA

- Alinhar o benefício EducaTEC no apoio das demandas de Educação Continuada





# EXERCÍCIO PROFISSIONAL

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – EXERCÍCIO PROFISSIONAL

### APRIMORAR OS PROCESSOS DE TRABALHO DE REGISTRO E ACERVO, FISCALIZAÇÃO E ATENDIMENTO NO SISTEMA

INICIATIVA – Implementar nos 27 Creas novo modelo de ART e ACERVO TÉCNICO

INICIATIVA: Implementar nos 27 Creas a Resolução nº 1010/2005 e seus dispositivos

INICIATIVA: Revisar e uniformizar a implementação dos procedimentos éticos relacionados às profissões do Sistema Confea/Crea

INICIATIVA: Implantar nacionalmente parâmetros de planejamento integrado, ação sistêmica, modernização e avaliação de resultados da fiscalização do exercício e as atividades profissionais

INICIATIVA: Implantar uniformemente Carta de Serviços nos 27 Creas

# INDICADORES

OBJETIVO	
05	Aprimorar os processos de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema
INDICADOR	INICIATIVAS
05.1	$PNIOS = \frac{QPI}{OS}$ <ul style="list-style-type: none"> <li>•Implementar nos 27 Creas novo modelo de ART e ACERVO TÉCNICO</li> <li>•Implementar nos 27 Creas a Resolução nº 1010/2005 e seus dispositivos</li> <li>•Revisar e uniformizar a implementação dos procedimentos Éticos relacionados às profissões do Sistema Confea/Crea</li> <li>•Implantar nacionalmente parâmetros de Planejamento integrado, ação sistêmica, modernização e avaliação de resultados da fiscalização do exercício e as atividades profissionais</li> <li>•Implantar uniformemente Carta de Serviços nos 27 Creas</li> </ul>
LEGENDA	
PNIOS = quantidade média de processos novos implementados por organização QPI = quantidade total de processos novos implementados nas organizações que compõem o Sistema OS = quantidade de organizações que compõe o Sistema	
OBJETIVO	
05	Aprimorar os processos de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema
INDICADOR	INICIATIVAS
05.2	$DPNP = \frac{\sum_{n=1}^i \left( \frac{VA_n}{VP_n} \right) \times 100}{i}$ <ul style="list-style-type: none"> <li>•Implementar nos 27 Creas novo modelo de ART e ACERVO TÉCNICO</li> <li>•Implementar nos 27 Creas a Resolução nº 1010/2005 e seus dispositivos</li> <li>•Revisar e uniformizar a implementação dos procedimentos Éticos relacionados às profissões do Sistema Confea/Crea</li> <li>•Implantar nacionalmente parâmetros de Planejamento integrado, ação sistêmica, modernização e avaliação de resultados da fiscalização do exercício e as atividades profissionais</li> <li>•Implantar uniformemente Carta de Serviços nos 27 Creas</li> </ul>
LEGENDA	
DPNP = desempenho em prazo da implementação de novos projetos i = quantidade de novos projetos em implementação VA <sub>n</sub> = valor agregado do projeto "n"	VP <sub>n</sub> = valor planejado para o projeto "n"
OBJETIVO	
05	Aprimorar os processos de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema
INDICADOR	INICIATIVAS
05.2	$SPIS = \alpha \left( \frac{\sum_{n=1}^{TC} SC_n}{TC} \right) + \beta \left( \frac{\sum_{n=1}^{TP} SP_n}{TP} \right) + \chi \left( \frac{\sum_{n=1}^{TEN} SEN_n}{TEN} \right)$ <ul style="list-style-type: none"> <li>•Implementar nos 27 Creas novo modelo de ART e ACERVO TÉCNICO</li> <li>•Implementar nos 27 Creas a Resolução nº 1010/2005 e seus dispositivos</li> <li>•Revisar e uniformizar a implementação dos procedimentos Éticos relacionados às profissões do Sistema Confea/Crea</li> <li>•Implantar nacionalmente parâmetros de Planejamento integrado, ação sistêmica, modernização e avaliação de resultados da fiscalização do exercício e as atividades profissionais</li> <li>•Implantar uniformemente Carta de Serviços nos 27 Creas</li> </ul>
LEGENDA	
SPIS = satisfação dos públicos de interesse do Sistema SC <sub>n</sub> = resultado da pesquisa de satisfação do CREA "n" TC = total de CREAs que responderam a pesquisa SP <sub>n</sub> = resultado da pesq. de satisfação do profissional "n"	TP = total de profissionais que responderam a pesquisa SEN <sub>n</sub> = resultado da pesquisa de satisfação da Entidade Nacional "n" TEN = total de entidades profissionais que responderam a pesquisa α, β, χ = grau de importância de cada público. Obs: α, β, χ = 1

# EXERCÍCIO PROFISSIONAL

## OBJETIVO

Aprimorar os processos de trabalho de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema

## INICIATIVA

Implementar nos 27 Creas novo modelo de ART e ACERVO TÉCNICO

## REQUISITOS MÍNIMOS

- Aprovação da decisão normativa que regulamenta a aplicação da Resolução nº 1.025/2009, contemplando:
- aprovação da resolução que dispõe sobre a regularização de obra ou serviço com participação de profissional sem ART
  - implantação administrativa da nova ART e Acervo Técnico com parecer de auditoria favorável
  - implantação tecnológica da nova ART e Acervo Técnico com parecer de auditoria favorável
  - treinamento do pessoal do Confea e Creas em relação ao MPO e novo sistema eletrônico
  - divulgação aos profissionais, estudantes, órgãos públicos e sociedade
  - realização de parcerias com órgãos públicos e empresas

## MEDIDAS

### CONFEA

- Conclusão do processo de regulamentação da nova ART e Acervo Técnico
- Alterar a regulamentação da nova ART e Acervo Técnico para alterar caracterização do atestado técnico
- Conclusão do processo de adequação do SIC à regulamentação da nova ART e Acervo Técnico
- Realização da divulgação publicitária e institucional da nova ART e Acervo Técnico
- Elaboração de procedimentos e execução do acompanhamento e auditoria da implantação da nova ART e Acervo Técnico no Confea e nos Creas
- Realização de estudos para integrar as diretrizes nacionais de fiscalização à Tabela de Obras e Serviços da nova ART

### CP – CREA

- Conclusão do processo de adequação dos procedimentos administrativos do Crea à regulamentação da nova ART e Acervo Técnico
- Conclusão do processo de adequação do sistema corporativo do Crea à regulamentação da nova ART e Acervo Técnico
- Realização da divulgação publicitária e institucional da nova ART e Acervo Técnico
- Execução do monitoramento da implantação da nova ART e Acervo Técnico no Confea e nos Creas
- Realização de estudos para integrar as diretrizes nacionais de fiscalização à Tabela de Obras e Serviços da nova ART

### CNCE – CREA

- Participação no processo de regulamentação da nova ART e Acervo Técnico
- Apoio à divulgação da nova ART e Acervo Técnico aos profissionais, estudantes, órgãos públicos e sociedade
- Apoio à parceria institucional do Crea com órgãos públicos e empresas

### CDEN – ENTIDADES

- Apoio à divulgação da nova ART e Acervo Técnico aos profissionais, estudantes, órgãos públicos e sociedade

### MÚTUA

- Apoio à divulgação da nova ART e Acervo Técnico aos profissionais, estudantes, órgãos públicos e sociedade

# EXERCÍCIO PROFISSIONAL

## OBJETIVO

Aprimorar os processos de trabalho de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema

## INICIATIVA

Implantar nacionalmente parâmetros de planejamento integrado, ação sistêmica, modernização e avaliação de resultados da fiscalização do exercício e as atividades profissionais

## REQUISITOS MÍNIMOS

- Parâmetros nacionais para identificação, análise e controle dos resultados da fiscalização
- Diretrizes nacionais para fiscalização de obras públicas
- Diretrizes nacionais para fiscalização do agronegócio
- Diretrizes nacionais para fiscalização de serviços profissionais
- Diretrizes nacionais para fiscalização do exercício profissional por estrangeiros
- Diretrizes nacionais para fiscalização do desempenho de cargo/função técnica
- Manual de procedimentos operacionais da fiscalização

## MEDIDAS

### CONFEA

- Estabelecer diretrizes e padrões de planejamento integrado, ação sistêmica, modernização e avaliação de resultados da fiscalização do exercício e as atividades profissionais

### CP – CREA

- Implantar as diretrizes e os padrões nacionais de planejamento integrado, ação sistêmica, modernização e avaliação de resultados da fiscalização do exercício e as atividades profissionais

### CNCE – CREA

- Elaborar manual de procedimentos operacionais da fiscalização por meio de grupo de trabalho com representantes de cada câmara

### CDEN – ENTIDADES

- Divulgar por meio das 28 entidades nacionais as diretrizes e manuais de fiscalização

### MÚTUA

# EXERCÍCIO PROFISSIONAL

## OBJETIVO

Aprimorar os processos de trabalho de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema

## INICIATIVA

Operacionalizar nos 27 Creas a Resolução nº 1.010/2005 e seus dispositivos

## REQUISITOS MÍNIMOS

Implantação plena da Resolução nº 1.010/2005 em 2011

## MEDIDAS

### CONFEA

- Aprovar as matrizes de conhecimento
- Revisar o Anexo II
- Concluir o aplicativo do SIC
- Elaborar e aplicar treinamento nos Creas
- Monitorar e auditar a aplicação

### CP – CREA

- Disponibilizar pessoal técnico para treinamento
- Realizar *workshop* com instituições de ensino
- Adaptar o seu sistema corporativo para inserção dos dados do aplicativo do SIC
- Viabilizar a criação da CEAP regional (nos Creas que ainda não a possuem)
- Oficiar instituições de ensino para preenchimento dos formulários A e B
- Efetuar os respectivos testes no aplicativo do SIC

### CNCE – CREA

- Capacitar os conselheiros das câmaras em relação à operacionalização da 1.010
- Estabelecer critérios de tramitação dos processos de cadastro de instituição e de cursos
- Oficiar Instituições de Ensino para preenchimento dos Formulários A e B
- Efetuar os respectivos testes no aplicativo do SIC

### CDEN – ENTIDADES

- Promover seminários/*workshops* para explicação sobre o preenchimento dos formulários A e B
- Promover *workshops* no âmbito dos seus grupos/modalidades para esclarecimento sobre a Resolução 1010
- Ampla divulgação utilizando seus meios de mídia

### MÚTUA

# EXERCÍCIO PROFISSIONAL

## OBJETIVO

Aprimorar os processos de trabalho de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema

## INICIATIVA

Implantar uniformemente Carta de Serviços nos 27 Creas

## REQUISITOS MÍNIMOS

Procedimentos de atendimento uniformizados

## MEDIDAS

### CONFEA

- Identificar os serviços para os quais deverão ser estabelecidos os compromissos de atendimento
- Identificar os tempos e prazos atuais para obtenção dos serviços identificados
- Identificar as informações de acesso
- Identificar mecanismos de comunicação com os cidadãos
- Estabelecer compromissos de atendimento para os serviços identificados
- Identificar formas para divulgar a Carta de Serviços
- Aprovar as Cartas de Serviços
- Divulgar as Cartas de Serviços
- Implantar monitoramento da efetividade dos compromissos firmados nas Cartas de Serviços da Organização

### CP – CREA

- Identificar os serviços para os quais deverão ser estabelecidos os compromissos de atendimento
- Identificar os tempos e prazos atuais para obtenção dos serviços identificados
- Identificar as informações de acesso
- Identificar mecanismos de comunicação com os cidadãos
- Estabelecer compromissos de atendimento para os serviços identificados
- Identificar formas para divulgar a Carta de Serviços
- Aprovar as Cartas de Serviços
- Divulgar as Cartas de Serviços
- Implantar monitoramento da efetividade dos compromissos firmados nas Cartas de Serviços da Organização

### CNCE – CREA

### CDEN – ENTIDADES

### MÚTUA

# EXERCÍCIO PROFISSIONAL

## OBJETIVO

Aprimorar os processos de trabalho de registro e acervo, fiscalização e atendimento no Sistema

## INICIATIVA

Revisar e uniformizar a implementação dos procedimentos éticos relacionados às profissões do Sistema Confea/Crea

## REQUISITOS MÍNIMOS

Procedimentos uniformizados

## MEDIDAS

### CONFEA

- Realizar diagnóstico para detectar os problemas de aplicação e uniformização de procedimentos relativos aos princípios éticos (aplicação do código de ética, processos éticos mal instruídos, reincidências de autuação, maior celeridade no processo, falsificação de documentos, instrumentalização das comissões, tipificação dos processos éticos)
- Executar a campanha nacional sobre Ética Profissional (rádio, TV, jornal, site dos Creas, instituições de ensino, entidades)
- Divulgar os princípios éticos por meio da capacitação dos membros das Comissões de Ética para posterior divulgação para os alunos das instituições de ensino de cursos das profissões do Sistema Confea/Crea
- Capacitar corpo funcional dos Creas e Conselheiros na condução dos processos éticos (considerando o diagnóstico dos problemas detectados)
- Estudar e implantar mecanismos de atuação diante a implementação da ART eletrônica

### CP – CREA

- Executar a campanha nacional sobre Ética Profissional (rádio, TV, jornal, site dos Creas, instituições de ensino, entidades)
- Capacitar corpo funcional dos Creas e Conselheiros na condução dos processos éticos (considerando o diagnóstico dos problemas detectados)
- Implantar mecanismos de atuação diante a implementação da ART eletrônica

### CNCE – CREA

- Divulgar os princípios éticos por meio da capacitação dos membros das Comissões de Ética para posterior divulgação para os alunos das Instituições de ensino de cursos das profissões do Sistema Confea/Crea

### CDEN – ENTIDADES

- Divulgar os princípios éticos aos profissionais

### MÚTUA





# ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

**MELHORAR A QUALIDADE DA GESTÃO**

**ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NECESSÁRIA AO CUMPRIMENTO DA MISSÃO**

**DESENVOLVER COMPETÊNCIAS DOS COLABORADORES**

**INTEGRAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE CONSTITUEM O SISTEMA**

INICIATIVA: Implantar Modelo de Excelência em Gestão nas organizações do Sistema Profissional

INICIATIVA: Implantar plenamente o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua

INICIATIVA: Implantar o Centro de Treinamento e Capacitação Corporativa

INICIATIVA: Implantar Sistema Corporativo Integrado de Tecnologia da Informação

## INDICADORES – Melhorar a qualidade da gestão

OBJETIVO	
04	Melhorar a qualidade da gestão
INDICADOR	INICIATIVAS
04.1	$IMG = \left( \frac{OMEG}{OS} \right) \times 100$ <b>Implantar Modelo de Excelência em Gestão nas organizações do Sistema Profissional</b>
LEGENDA	
IMG = implantação do modelo de gestão OMEG = quantidade de organizações que implantaram o modelo de Excelência em Gestão e alcançaram a pontuação mínima de 500 pontos. OS = quantidade de organizações que compõem o Sistema CONFEA/CREA.	
OBJETIVO	
04	Melhorar a qualidade da gestão
INDICADOR	INICIATIVAS
04.2	$PMEG = \frac{\sum_{n=1}^{OS} TPO_n}{OSMEG}$ <b>Implantar Modelo de Excelência em Gestão nas organizações do Sistema Profissional</b>
LEGENDA	
PMEG = pontuação média obtida no Modelo de Excelência de Gestão TPO <sub>n</sub> = total de pontos obtidos pela organização "n" OSMEG = organizações do Sistema que adotam o Modelo de Excelência de Gestão	
OBJETIVO	
04	Melhorar a qualidade da gestão
INDICADOR	INICIATIVAS
04.3	$DPIMG = \frac{\sum_{n=1}^i \left( \frac{VA_n}{VP_n} \right) \times 100}{i}$ <b>Implantar Modelo de Excelência em Gestão nas organizações do Sistema Profissional</b>
LEGENDA	
DPIMG = desempenho em prazo dos projetos de implantação do Modelo de Excelência de Gestão nas organizações do Sistema CONFEA/CREA i = quantidade de projetos em implementação	
VA <sub>n</sub> = valor agregado do projeto "n" VP <sub>n</sub> = valor planejado para o projeto "n"	

# INDICADORES – Assegurar a sustentabilidade financeira necessária ao cumprimento da missão

OBJETIVO	
01	Assegurar a sustentabilidade financeira para o cumprimento da missão
INDICADOR	INICIATIVAS
01.1	$SF = \frac{(PS + PAE) - EG}{(AS + AE) - EG} \times 100$ <b>Implantar plenamente o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua</b>
LEGENDA	
SF = sustentabilidade financeira PS = provisão para organizações do Sistema PAE = provisão para projetos da Agenda Estratégica AS = orçamento aprovado para organizações do Sistema AAE = orçamento aprov. para proj. da Agenda Estratégica EG = economias e reduções de despesas	
OBJETIVO	
01	Assegurar a sustentabilidade financeira para o cumprimento da missão
INDICADOR	INICIATIVAS
01.2	$DF = \left( 1 - \left( \left( \frac{CRS - CRAE}{PS - PAE} \right) - 1 \right) \right) \times 100$ <b>Implantar plenamente o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua</b>
LEGENDA	
DF = desempenho financeiro CRS = custo real do Sistema CRAE = custo real dos projetos da Agenda Estratégica PS = provisão para organizações do Sistema PAE = provisão para projetos da Agenda Estratégica	
OBJETIVO	
01	Assegurar a sustentabilidade financeira para o cumprimento da missão
INDICADOR	INICIATIVAS
01.3	$EFPR = \left( \frac{TRPP}{TRP} \right) \times 100$ <b>Implantar plenamente o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua</b>
LEGENDA	
EFPR = efetividade no provisionamento de recursos TRPP = total de recursos provisionado no prazo certo TRP = total de recursos provisionado no período (semestral)	

## INDICADORES – Desenvolver competências dos colaboradores

OBJETIVO		
02	Desenvolver competências dos colaboradores	
INDICADOR	INICIATIVAS	
02.1	$CG = \frac{\sum_{n=1}^{TC} CC_n}{TC} \times 100$	Implantar o Centro de Treinamento e Capacitação Corporativa
LEGENDA		
CG = competência geral CCn = competência do colaborador "n" TC = total de colaboradores		
OBJETIVO		
02	Desenvolver competências dos colaboradores	
INDICADOR	INICIATIVAS	
02.2	$DCDC = \frac{\sum_{n=1}^i \left( \frac{VA_n}{CR_n} \right) \times 100}{i}$	Implantar o Centro de Treinamento e Capacitação Corporativa
LEGENDA		
DCDC = desempenho em custo dos projetos de desenvolvimento de competências i = quantidade de projetos de desenv. de competências VAn = valor agregado do projeto "n" CRn = custo real do projeto "n"		
OBJETIVO		
02	Desenvolver competências dos colaboradores	
INDICADOR	INICIATIVAS	
02.3	$EFT = \left( \frac{\sum_{n=1}^{TCA} AVT_n}{TCA} \right) \times 100$	Implantar o Centro de Treinamento e Capacitação Corporativa
LEGENDA		
EFT= efetividade do treinamento AVT <sub>n</sub> = resultado da avaliação do colaborador "n" sobre a qualidade e aplicabilidade do treinamento em seu dia a dia TCA = total de colaboradores avaliados		

# INDICADORES – Integrar os sistemas de informação das organizações que constituem o Sistema

OBJETIVO	
03	Integrar os sistemas das organizações que constituem o Sistema CONFEA/CREA
INDICADOR	INICIATIVAS
03.1	$IS = \left( \frac{OS}{OISI} \right) \times 100$ <p><b>Implantar Sistema Corporativo Integrado de Tecnologia da Informação</b></p>
LEGENDA	
IS = percentual de organizações integradas ao sistema de informação OS = quantidade de organizações do Sistema CONFEA/CREA OISI = quantidade de organizações integradas ao Sistema de Informação	
OBJETIVO	
03	Integrar os sistemas das organizações que constituem o Sistema CONFEA/CREA
INDICADOR	INICIATIVAS
03.2	$DPIS = \frac{\sum_{n=1}^i \left( \frac{VA_n}{VP_n} \right) \times 100}{i}$ <p><b>Implantar Sistema Corporativo Integrado de Tecnologia da Informação</b></p>
LEGENDA	
DPIS = desempenho em prazo dos projetos de desenvolvimento de competências i = quantidade de projetos de desenvolvimento de competências VAn = valor agregado do projeto "n" VPn = valor planejado para o projeto "n"	
OBJETIVO	
03	Integrar os sistemas das organizações que constituem o Sistema CONFEA/CREA
INDICADOR	INICIATIVAS
03.3	$QASTI = \left( \frac{\sum_{n=1}^{TCA} AVO_n}{TOP} \right) \times 100$ <p><b>Implantar Sistema Corporativo Integrado de Tecnologia da Informação</b></p>
LEGENDA	
QASTI= qualidade e aplicabilidade do sistema de TI AVO <sub>n</sub> = resultado da avaliação do organização "n" sobre a qualidade e aplicabilidade do sistema no seu dia a dia TOP = total de organizações pesquisadas	

# ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

## OBJETIVO

Melhorar a qualidade da gestão

## INICIATIVA

Implantar Modelo de Excelência em Gestão nas organizações do Sistema Profissional até dezembro de 2014

## REQUISITOS MÍNIMOS

- Confea, todos os Creas e a Mútua obtendo a pontuação mínima de 500 pontos na autoavaliação do Gespública
- Confea e todos os Creas com suas Cartas de Serviços publicadas
- Plena implantação do planejamento estratégico do sistema profissional em todas as organizações

## MEDIDAS

### CONFEA

- Implantar Modelo de Excelência em Gestão do Gespública
- Implantar as medidas da formulação estratégica do sistema profissional que lhe são afetas
- Implantar o Programa Nacional de Excelência em Gestão no Confea e nos Creas
- Publicação das Cartas de Serviço
- Implantar modelo de avaliação constante de planos de melhorias e da capacidade de produzir resultados como base para o Programa de Sustentabilidade
- Implantar Pesquisa-Padrão de Satisfação

### CP – CREA

- Implantar Modelo de Excelência em Gestão do Gespública
- Publicação das Cartas de Serviço.
- Implantar Pesquisa-Padrão de Satisfação
- Implantar as medidas da formulação estratégica do sistema profissional que lhe são afetas

### CNCE – CREA

### CDEN – ENTIDADES

- Implantar Modelo de Excelência em Gestão
- Publicação das Cartas de Serviço
- Implantar Pesquisa-Padrão de Satisfação
- Implantar as medidas da Formulação Estratégica do Sistema Profissional que lhe são afetas

### MÚTUA

- Implantar Modelo de Excelência em Gestão do Gespública
- Publicação das Cartas de Serviço.
- Implantar Pesquisa-Padrão de Satisfação
- Implantar as medidas da formulação estratégica do sistema profissional que lhe são afetas

# ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

## OBJETIVO

Desenvolver competências dos colaboradores

## INICIATIVA

Implantar o Centro de Treinamento e Capacitação Corporativa

## REQUISITOS MÍNIMOS

CTCC dotado de espaço físico, infraestrutura tecnológica e recursos humanos em pleno cumprimento da sua missão

## MEDIDAS

### CONFEA

- Disponibilizar espaço físico, infraestrutura tecnológica operacional: *hardware*; *software*; rede lógica
- Instrutores internos e externos ao sistema Confea/ Crea e Mútua disponíveis para a educação corporativa
- Recursos Humanos para as Áreas de Gestão do CTCC
- Implantar plataforma de aprendizagem virtual
- Desenvolver e implantar plano de desenvolvimento da educação corporativa
- Rede de aprendizagem formada pelas organizações do Sistema Confea/Crea e Mútua

### CP – CREA

- Propor pelo menos cinco conteúdos para o Centro de Educação Corporativa nas áreas de atuação do sistema profissional
- Desenvolver projeto regional de capacitação das lideranças
- Criar projeto regional de capacitação dos empregados

### CNCE – CREA

- Propor pelo menos 05 conteúdos para o Centro de Educação Corporativa nas áreas de atuação do Sistema Profissional
- Desenvolver projeto regional de capacitação da fiscalização

### CDEN – ENTIDADES

- Desenvolver projeto de parceria com o Confea para educação continuada

### MÚTUA

- Propor pelo menos cinco conteúdos para o Centro de Educação Corporativa nas áreas de atuação do sistema profissional



# ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

## OBJETIVO

Assegurar a sustentabilidade financeira necessária ao cumprimento da missão

## INICIATIVA

Implantar plenamente o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua

## REQUISITOS MÍNIMOS

Plena implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua  
Implementação do Prêmio de Gestão da Qualidade das entidades nacionais e regionais

## MEDIDAS

### CONFEA

- Coordenar a realização de ciclos de autoavaliação e execução de planos de melhoria previstos no Gespública ou de outras certificações
- Implantar metodologia de planejamento, diversificação de procedimentos e modernização tecnológica dos instrumentos voltados à fiscalização do exercício e da atividade profissional
- Normalizar índices e parâmetros para avaliação dos projetos e mecanismos de acompanhamento e avaliação de resultados
- Capacitar e acompanhar implantação de Modelo de Excelência em Gestão nas entidades nacionais

### CP – CREA

- Aderir ao ProdeSu
- Capacitar e acompanhar implantação do Modelo de Excelência em Gestão nas entidades regionais

### CNCE – CREA

### CDEN – ENTIDADES

- Implementar o Prêmio de Gestão da Qualidade das entidades

### MÚTUA

# ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

## OBJETIVO

Integrar os sistemas de informação das organizações que constituem o Sistema

## INICIATIVA

Implantar Sistema Corporativo Integrado de Tecnologia da Informação no Confea, nos 27 Creas e na Mútua

## REQUISITOS MÍNIMOS

- Confea, 27 Creas e Mútua dotados com sistema corporativo de base integrada em plataforma web
- Procedimentos uniformizados

## MEDIDAS

### CONFEA

- Normatizar o Sistema Cooperativo Integrado e seus procedimentos
- Aperfeiçoar o documento de identidade profissional nacional adequado ao uso de novas tecnologias integradas
- Contratar empresa especializada para o desenvolvimento e implantação da integração

### CP – CREA

- Realizar, por meio do Grupo de Apoio Tecnológico, estudo dos atuais sistemas implantados nos Creas
- Capacitar as equipes do regional no Sistema Integrado

### CNCE – CREA

### CDEN – ENTIDADES

### MÚTUA

- Fornecer requisitos e participar do desenvolvimento do Sistema



# INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL

### AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA NO DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INICIATIVA: Implementar modelo de acompanhamento e discussão das políticas públicas no Brasil, nas áreas tecnológicas

INICIATIVA: Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional

# INDICADORES – Ampliar a participação do Sistema no desenvolvimento e implementação de políticas públicas

OBJETIVO		
06	Ampliar a participação do Sistema no desenvolvimento e implementação de políticas públicas	
INDICADOR	INICIATIVAS	
06.1	$PDPP = \frac{LPPS}{PLPS} \times 100$	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Implementar modelo de acompanhamento e discussão das políticas públicas no Brasil, nas áreas tecnológicas</li> <li>•Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional</li> </ul>
LEGENDA		
PDPP= participação no desenvolvimento de políticas públicas LPPS = leis publicadas com a participação do sistema PLPS = projetos de lei com a participação do sistema		
OBJETIVO		
06	Ampliar a participação do Sistema no desenvolvimento e implementação de políticas públicas	
INDICADOR	INICIATIVAS	
06.2	$DPPP = \frac{\sum_{n=1}^i \left( \frac{VA_n}{VP_n} \right) \times 100}{i}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Implementar modelo de acompanhamento e discussão das políticas públicas no Brasil, nas áreas tecnológicas</li> <li>•Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional</li> </ul>
LEGENDA		
DPPP= desemp. em prazo nos projetos e planos de ações relacionados com o desenv. e implem. de políticas públicas i = quantidade de novos projetos em implementação VA <sub>n</sub> = valor agregado do projeto "n" VP <sub>n</sub> = valor planejado para o projeto "n"		

# RECONHECIMENTO E INTEGRAÇÃO

## OBJETIVO

Ampliar a participação do Sistema no desenvolvimento e implementação de políticas públicas

## INICIATIVA

Implementar modelo de acompanhamento e discussão das políticas públicas no Brasil, nas áreas tecnológicas

## REQUISITOS MÍNIMOS

Programa Nacional de Integração Social e com as políticas públicas

## MEDIDAS

### CONFEA

- Criar um Programa Nacional de Integração do Sistema Profissional com as políticas públicas
- Inserir o sistema no processo de discussão sobre ciência, tecnologia e inovação com instituições públicas e privadas
- Aperfeiçoar os mecanismos existentes e criar novos que resultem na valorização do exercício profissional.
- Firmar parcerias com agentes governamentais, objetivando maior difusão da legislação ambiental e dos processos de licenciamento, bem como com os comitês de bacias hidrográficas
- Criar os mecanismos necessários para dar efetividade nos Estados e municípios à Lei nº 11.888, de 2008, e à Lei nº 12.188/10, referente à Engenharia, Arquitetura e Agronomia públicas

### CP – CREA

- Criar núcleos regionais de estudos e propostas visando sua integração ao Programa Nacional
- Apresentar ao Confea contribuições dos 27 Creas ao projeto Programa de Integração Social do Sistema Profissional relativos aos produtos e serviços dos Creas, às principais organizações públicas e privadas com atividades em áreas de interesse do sistema profissional

### CNCE – CREA

- Desenvolver proposta de fiscalização das obras da Copa 2014 e Olimpíadas 2016

### CDEN – ENTIDADES

- Acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas subsidiando o Programa Nacional nas áreas de suas expertises
- Relacionar ao Confea os planos, políticas e programas das entidades que executam ou acompanham e de interesse ao projeto Programa de Integração Social do Sistema Profissional

### MÚTUA

- Acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas subsidiando o Programa Nacional nas áreas de suas expertises

## RECONHECIMENTO E INTEGRAÇÃO

### OBJETIVO

Ampliar a participação do Sistema no desenvolvimento e implementação de políticas públicas

### INICIATIVA

Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional

### REQUISITOS MÍNIMOS

Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional implantado

### MEDIDAS

#### CONFEA

- Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional na sua área de atuação

#### CP – CREA

- Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional na sua área de atuação

#### CNCE – CREA

- Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional na sua área de atuação

#### CDEN – ENTIDADES

- Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional na sua área de atuação

#### MÚTUA

- Implantar o Planejamento Estratégico de Comunicação Integrada do Sistema Profissional na sua área de atuação



# INSERÇÃO INTERNACIONAL



## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – INSERÇÃO INTERNACIONAL

**APROVAR MECANISMOS DE MOBILIDADE PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA AMÉRICA LATINA**

**PROMOVER A INSERÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E EMPRESAS  
ABRANGIDOS PELO SISTEMA CONFEA/CREA**

INICIATIVA: Elaborar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina

INICIATIVA: Propiciar o incremento das ações brasileiras, garantindo a utilização de boas práticas no âmbito de atuação das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, quando em ação no exterior

## INDICADORES – Aprovar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina

OBJETIVO		
07	Aprovar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina	
INDICADOR	INICIATIVAS	
07.1	$PPIF = \frac{PIDCF}{QPPI} \times 100$	Elaborar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina.
LEGENDA		
PPIF = percentual de protocolos de intenção e documentos congêneres formalizados PIDCF = protocolos de intenção e documentos congêneres formalizados QPPI = quant. potencial de protocolos de intenção e docum. congêneres (= quantidade de países trabalhados)		
OBJETIVO		
07	Aprovar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina	
INDICADOR	INICIATIVAS	
07.2	$DPPM = \frac{\sum_{n=1}^i \left( \frac{VA_n}{VP_n} \right) \times 100}{i}$	Elaborar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina.
LEGENDA		
DPPM= desemp. em prazo nos projetos e planos de ações relacionados com a mobilidade profissional na AL. i = quantidade de novos projetos em implementação VA <sub>n</sub> = valor agregado do projeto "n" VP <sub>n</sub> = valor planejado para o projeto "n"		

## INDICADORES – Promover a inserção no mercado internacional de profissionais e empresas abrangidos pelo Sistema Confea/Crea

OBJETIVO	
09	Promover a inserção de profissionais e empresas abrangidos pelo Sistema no mercado internacional
INDICADOR	INICIATIVAS
09.1	QAPFE
	Propiciar o incremento das ações brasileiras, garantindo a utilização de boas práticas no âmbito de atuação das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, quando em ação no exterior.
LEGENDA	
QAPFE = quantidade de acordos e parcerias firmadas com outros países.	
OBJETIVO	
09	Promover a inserção de profissionais e empresas abrangidos pelo Sistema no mercado internacional
INDICADOR	INICIATIVAS
09.2	
	$DPII = \frac{\sum_{n=1}^i \left( \frac{VA_n}{VP_n} \right)}{i} \times 100$
	Propiciar o incremento das ações brasileiras, garantindo a utilização de boas práticas no âmbito de atuação das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, quando em ação no exterior.
LEGENDA	
DPII= desempenho em prazo nos projetos e planos de ações relacionados com a inserção de profissionais e empresas no mercado internacional i = quantidade de novos projetos em implementação VA <sub>n</sub> = valor agregado do projeto "n"	VP <sub>n</sub> = valor planejado para o projeto "n"

# INSERÇÃO INTERNACIONAL

## OBJETIVO

Aprovar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina

## INICIATIVA

Elaborar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina

## REQUISITOS MÍNIMOS

Formalização de protocolos de intenção ou documentos congêres e respectiva normatização, de modo a garantir a eficácia e legalidade ao avençado

## MEDIDAS

### CONFEA

- Capitanear o processo de discussão do tema no âmbito internacional, buscando aproximação com as nações e economias de maior relevância para o Brasil
- Atuar como signatário e garantidor, em nível nacional, do acordado no âmbito da respectiva atribuição institucional
- Normatizar acerca do tema de modo a garantir eficácia e legalidade aos procedimentos e exigências

### CP – CREA

- Atuar de maneira a garantir a efetividade do avençado, por meio de fiscalização sistemática do exercício profissional
- Corroborar para a unidade de ação e prestação dos serviços institucionais de maneira célere e integrada

### CNCE – CREA

### CDEN – ENTIDADES

### MÚTUA

# INSERÇÃO INTERNACIONAL

## OBJETIVO

Promover a inserção no mercado internacional de profissionais e empresas abrangidos pelo Sistema Confea/Crea

## INICIATIVA

Propiciar o incremento do nível de acertividade das ações brasileiras, garantindo a utilização de boas práticas no âmbito de atuação das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, quando em ação no exterior

## REQUISITOS MÍNIMOS

Participação efetiva do Sistema Confea/Crea, em eventos, grupos e fóruns executivos, apresentando propostas e soluções em consonância a aspectos consagrados de viabilidade técnica

## MEDIDAS

### CONFEA

- Participar ativamente das discussões e proposituras no âmbito dos fóruns, grupos e eventos
- Apresentar projetos e soluções viáveis e factíveis
- Balizar as discussões em termos técnicos
- Congregar banco de especialistas nas diversas temáticas de atuação profissional

### CP – CREA

### CNCE – CREA

### CDEN – ENTIDADES

### MÚTUA

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL 2022 / SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – BRASÍLIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE, 2010.
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO SISTEMA PROFISSIONAL 2009/2014. CONFEA – DF, 2008.
3. NASCIMENTO, PAULO A. MEYER M., ET AL. ESCASSEZ DE ENGENHEIROS: REALMENTE UM RISCO? RADAR – TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR Nº 6, N. 6, IPEA: 2010.

## REALIZAÇÃO

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, PROGRAMAS E PROJETOS  
**RENATO DOS SANTOS ANDRADE**

GERENTE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
**NEUZA MARIA TRAUZZOLA**



**CONFEA**  
Conselho Federal de Engenharia,  
Arquitetura e Agronomia



**CREA**  
Conselhos Regionais de Engenharia,  
Arquitetura e Agronomia



Colégio de  
**Presidentes**

**CDEN** Colégio de  
**Entidades Nacionais**

Coordenadorias Nacionais de  
**Câmaras Especializadas**